Riacho Fundo I reage à construção de usina

» THAÍS PARANHOS

A construção de uma usina de resíduos sólidos na QN 1 tem tirado o sono dos moradores do Riacho Fundo I. Eles alegam que o local, um espaço de 50 hectares, é uma área de preservação ambiental e reivindicam a construção de um parque ecológico. Desde o último sábado, manifestantes se revezam em frente ao terreno para colher assinaturas e divulgar a causa. O abaixo-assinado será entregue a órgãos do governo local e federal para impedir a instalação da usina. Os manifestantes prometem fazer um grande protesto na próxima quinta-feira, às 8h.

O aposentado Alfredo de Sousa Filho, 63 anos, integrante da comissão de moradores do Riacho Fundo I, afirma que a adesão à causa é de 100%. "Não há como a população ficar contra a nossa manifestação", diz ele. A dona de casa Maria Pereira de Sousa, 60, faz parte desse movimento. Para ela, a usina trará grandes transtornos à região. "Dizem que o barulho é muito alto, sem contar a poeira e a entrada e a saída constante de caminhões todos os dias", reclama.

O corretor de imóveis Nilvan Abreu, 38 anos, morador do Riacho Fundo I, além de levar em conta a preservação do meio ambiente, preocupa-se com o bem-estar da população. Ele lembra que a comunidade sempre lutou para que a área, pertencente à União, fosse transferida para o Governo do Distrito Federal. Dessa forma, o GDF poderia discutir com os moradores a construção de um parque no local para oferecer mais uma opção de lazer. "A usina trará grande prejuízo para a comunidade. Essa área deve ser usada para o bem comum", defende. Ele explica que a comissão protocolou pedidos na Secretaria de Governo do DF, na Gerência Regional de Patrimônio da União e na Câmara Legislativa. "Queremos ser ouvidos."

Como de costume, o militar Lúcio Alves, 58 anos, morador do Riacho Fundo I, saiu para caminhar na manhã de ontem. Ao passar em frente à área onde será construída a usina de resíduos sólidos, ele parou para assinar o documento. "Isso aqui tinha que ser proibido", diz. O aposentado José Paulo de Oliveira, 58, também se espantou com a construção. "Essa notícia me surpreendeu e resolvi fazer parte dessa mobilização. Vamos perder em qualidade de vida, sem contar que vai haver uma desvalorização dos imóveis", acredita.

Tamanho da área onde será construída a usina de resíduos sólidos

O servidor público Raimundo Machado, 47 anos, morador do Riacho Fundo I, passava pelo local quando avistou os manifestantes e parou para apoiar a causa. Ele frequentou as reuniões para a apresentação do projeto à comunidade e também assinou a lista de protesto. "Não somos contra o projeto, mas temos que pensar nos transtornos para os moradores, como o fluxo intenso de caminhões na entrada e na saída da cidade, onde trânsito já é complicado", alerta. Machado disse que a área, destinada à usina de resíduos sólidos, abriga uma vegetação nativa e córregos. "Cuidamos dessa área de preservação há muito tempo. Queremos um espaço de lazer para a comunidade."

O projeto será implantado pela Coopercoleta Ambiental, uma cooperativa de micro e pequenos empresários que atuam na coleta de resíduos da construção civil. De acordo com o diretor administrativo e idealizador da iniciativa, Paulo Roberto Gonçalves, o terreno, que pertence à União, já foi concedido pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) em 2010 e o Instituto Brasília Ambiental (Ibram) emitiu um parecer prévio dizendo que não há impedimento para a construção do ecocentro no local. "Queremos dar uma destinação correta para esse lixo", diz. Paulo Roberto informa que o próximo passo é conseguir uma licença prévia. A intenção é que o ecocentro fique pronto até 2012.

O Ibram não confirmou a emissão do parecer e pediu um prazo maior para localizá-lo. Por meio da assessoria de imprensa, o atual presidente do Ibram, Moacir Bueno, afirmou que, se a área for mesmo de preservação ambiental, não poderá abrigar qualquer construção.

Segundo o idealizador do projeto, a construção não trará transtornos à comunidade. Ele garante que a usina será erguida em uma área longe dos moradores e que não haverá emissão de ruído, odor ou poeira. "Trabalhamos com as mais modernas técnicas de processamento de resíduos da construção civil e dentro das normas. Esse será o primeiro ecocentro aqui, mas enquanto isso o DF vive às margens da lei", diz. Gonçalves defende que esse projeto diz respeito a todos os habitantes do Distrito Federal.

Kleber Lima/CB/D.A Press

Moradores fazem abaixo-assinado: em lugar de usina, eles reivindicam um parque ecológico

O que diz a lei

A Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A medida objetiva proteger a saúde pública e a qualidade ambiental, promover a redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, estimular a adoção de padrões sustentáveis de produção de bens e serviços, estimular a adoção de tecnologias limpas para minimizar impactos ambientais, incentivar a indústria de reciclagem e a articulação entre as esferas do poder público e do setor empresarial. A norma estabelece o papel da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e determina que eles devem organizar e manter o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir). As unidades da Federação têm até 2014 para se adequarem à lei.